

Líderes governistas passam a controlar agenda política de ministros e secretários

por Cleide Castro
de Brasília

A partir de agora o político que desejar uma audiência com um ministro ou secretário nacional terá que recorrer às lideranças do governo no Congresso para fazer o pedido. A regra foi estabelecida ontem, durante a 12ª reunião ministerial, em que estiveram presentes, pela primeira vez, os líderes de todos os partidos que dão sustentação ao governo no Congresso.

O porta-voz da Presidência da República, Claudio Humberto Rosa e Silva, disse que a medida atende a uma solicitação dos próprios líderes que apóiam o Executivo. "É uma forma de prestigiar as lideranças", resumiu ele, ao explicar que havia reclamações de que alguns representantes do primeiro escalão estariam dando mais atenção aos políticos da oposição do que aos aliados do governo.

O assunto foi abordado durante a última hora da reunião que começou pouco depois das 9 horas e terminou às 14 horas. Segundo o porta-voz, esta parte da reunião foi dedicada à discussão de formas de aproximação e de melhor convivência do governo com o Congresso. Na ocasião, Collor teria recomendado prioridade aos parlamentares, que "são os legítimos representantes da sociedade, os canais de ligação do governo com a população".

Para o líder do PDC na Câmara, Eduardo Siqueira Campos, a presença dos líderes na reunião, já foi "uma demonstração inequívoca de que o presidente da República quer estreitar as relações com o Congresso". O ministro da Agricultura, Antônio Cabral, foi lembrado como o mais atencioso em relação aos políticos, enquanto o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, foi citado como "mau exemplo".

Houve treze intervenções durante a reunião, sem considerar os comentários feitos pelo presidente após cada uma das exposições, que começaram com o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Modiano, cujo tema foi o processo de privatização das empresas estatais. Em seguida, o ministro da Infra-Estrutura, João Santana, fez um relato de suas últimas atribuições à frente da comissão especial que investiga as fraudes contra a Previdência Social. Alceni Guerra, da Saúde, falou sobre as ações de combate à cólera e sobre educação, no âmbito do projeto "Minha Gente", que prevê a construção de 5 mil unidades à semelhança dos CIEP.

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira,

expôs as diretrizes de política econômica para os planos interno e externo. Consolidar o ajuste fiscal e monetário, aprofundar as reformas estruturais, prioridade para as propostas do Projeto de Reconstrução Nacional e uma política salarial pautada pela livre negociação, com proteção aos salários mais baixos, sobretudo ao salário mínimo, foram as principais indicações do ministro. "O momento é de manutenção da austeridade e intensa negociação, sobretudo nas câmaras setoriais". Mas a saída do contingenciamento orçamentário nos repasses de verbas aos estados vai depender da evolução da receita fiscal — afirmou o ministro, conforme relato de Rosa e Silva.

O último ministro a falar foi o da Justiça, Jarbas Passarinho, que fez referências elogiosas ao delegado Romeu Tuma, agora responsável somente pela Polícia Federal. Segundo Passarinho, ele era "meio Zélia e meio Passarinho, agora é todo Passarinho". Emocionado e com a voz embargada, o diretor da PF despediu-se do cargo de secretário da Receita Federal e ao final foi aplaudido pelos presentes — fato inédito numa reunião ministerial.

Antes de Tuma, no entanto, o secretário da Cultura, Sérgio Paulo Rouanet, anunciou a elaboração de um anteprojeto de lei de incentivo à cultura, um pouco mais restrito que a antiga Lei Sarney. O espaço final da reunião foi dedicado aos políticos, oportunidade em que se pronunciaram o senador Marco Maciel (PFL-PE), os deputados Humberto Souto (líder do governo na Câmara), Victor Faccioni (PDS-RS) e Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP), bem como o senador Odacir Soares (PFL-RJ).

Faccioni disse que, em conversa reservada com o ministro da Economia, recebeu a confirmação de que o governo vai autorizar o pagamento de 50% do Imposto de Renda devido com cruzados novos retidos no Banco Central. Estaria faltando apenas definir o instrumento legal para baixar a medida. Moreira também teria dito que vai examinar a possibilidade de diminuir o índice de correção do imposto a pagar, estipulado pela Receita Federal, que é de 3,7. Na análise do deputado, "o índice é desproporcional à correção do salário". O secretário nacional da Fazenda, Luiz Fernando Gusmão Welsch, disse, entretanto, à editora sênior Cláudia Safatle que a "questão de uma eventual discussão sobre redução de impostos está necessariamente atrelada ao equilíbrio fiscal" (ver matéria na página 3).